

# DEZ ANOS DE RELAÇÕES LUSO-ALEMÃS

1958-1968<sup>1</sup>

Ana Mónica Fonseca

**E**m Fevereiro de 1965, o Presidente do Conselho de Ministros português, António de Oliveira Salazar, declarava perante o País que os portugueses estavam «orgulhosamente sós»<sup>2</sup> na sua luta em África. Esta expressão passou a ser a linha explicativa da política externa portuguesa. Significava que, apesar de isolados, os portugueses resistiam e lutavam, com «nobreza e coragem», pela manutenção do seu império colonial em África. No entanto, como Franco Nogueira afirmava na biografia de Salazar, isso «não queria dizer que Portugal estivesse só isolado, sem ajudas»<sup>3</sup>. De facto, a República Federal da Alemanha teve um papel preponderante no auxílio a Portugal, chegando ao ponto de, sem discutir, fornecer «muitas vezes a preços simbólicos, aviões apropriados à luta em África, material de guerra diverso, veículos militares e outros», ao que devemos acrescentar as «condições favoráveis» em que os créditos alemães eram concedidos. Assim, conclui ainda Franco Nogueira, a Alemanha Ocidental tinha uma posição que não era «somente cordial, mesmo amistosa» – era «de claro apoio a Portugal»<sup>4</sup>.

O que nos propomos fazer neste artigo é uma breve resenha das relações entre Portugal e a República Federal da Alemanha, nos dez anos que vão de 1958 a 1968. Estas datas justificam-se facilmente: em 1958 dá-se a visita do ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Heinrich von Brentano, a Lisboa, visita essa que marcou a conclusão das negociações sobre os bens alemães em Portugal desde a II Guerra Mundial<sup>5</sup> e permitiu o desenvolvimento das relações entre os dois países. Por seu lado, a escolha de 1968 como ano final deste nosso trabalho, prende-se essencialmente com o facto de ser o ano em que Salazar foi destituído do poder por motivos de doença.

Na década de 1960, quer Portugal quer a República Federal da Alemanha sofreram diferentes evoluções relativamente à sua política interna e à sua posição ao nível internacional. No início desse decénio, o regime de Salazar enfrentou uma das suas mais duras provas de sempre. O turbilhão resultante das eleições presidenciais de 1958, o assalto ao paquete *Santa Maria* e o simultâneo deflagrar das revoltas em Angola e, por fim, a tentativa de golpe de Estado pelo ministro da Defesa Nacional, Júlio Botelho Moniz, fizeram que este período fosse chamado «o princípio do fim do Estado Novo». O regime sobre-

viveria mais dezasseis anos, sem nunca conseguir sarar totalmente a ferida aberta pelo deflagrar das guerras coloniais. A partir de 1961, Oliveira Salazar foi confrontado com o distanciamento dos seus principais aliados – Estados Unidos e Inglaterra – e viu-se obrigado a encetar uma «verdadeira inversão de alianças»<sup>6</sup>, aproximando-se da França e da República Federal da Alemanha, que lhe concederam apoio político e militar.

Por seu lado, a República Federal da Alemanha, formada em 1949 como consequência das mudanças do sistema internacional e do desenvolvimento da Guerra Fria, procurava também assumir-se e afirmar-se nesse mesmo sistema internacional. Num primeiro momento, a inserção da RFA no bloco ocidental assentou em dois pilares: o primeiro, foi o entendimento prioritário com os EUA e a integração da Alemanha Ocidental na NATO, como base da autonomia alemã e como único modo de obter os meios necessários para o renascimento da sua indústria pesada e para a recuperação da sua economia. A República Federal tornou-se a mais firme defensora da formação do bloco ocidental e a aliada privilegiada dos EUA na Europa continental. O segundo pilar da estratégia ocidental alemã consistia no entendimento continental com a França, como base de uma união europeia. Konrad Adenauer, chanceler alemão desde 1949, compreendia a segurança da Alemanha como estando integrada na segurança da Europa, e a segurança desta era indissociável do sistema defensivo americano. Ao longo da década de 60, os Estados Unidos mudaram a sua posição relativamente ao desenvolvimento da Guerra Fria, e passaram a defender a manutenção do *status quo*, isto é, a manutenção dos dois blocos de influência e a conseqüente divisão da Alemanha. Assim, o próprio governo federal viu-se obrigado a procurar uma aproximação aos países de Leste, que se desenvolveu a partir da chegada ao poder do SPD de Willy Brandt, em Dezembro de 1966, mas que só obteve resultados concretos a partir de 1969, com Brandt na Chancelaria Federal<sup>7</sup>.

As relações luso-alemãs conheceram, nesta década, uma evolução muito significativa. Esta evolução, do campo das relações económicas para a cooperação militar e estratégica, foi extremamente importante para Portugal e para a prossecução do seu esforço de guerra, iniciado em 1961 com o conflito angolano, e que se iria alargar à Guiné e a Moçambique nos anos seguintes. De seguida, procuraremos fazer uma breve descrição dos aspectos mais relevantes das relações militares e diplomáticas entre Portugal e a RFA, de 1958 a 1968.

### **DAS RELAÇÕES COMERCIAIS À COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA (1958-1960)**

A cooperação luso-alemã deu os seus primeiros passos em 1958, a partir do momento em que foram assinados os acordos relativos aos bens alemães. Estes acordos, para além de terem contribuído para o reconhecimento da República Federal como uma nação soberana, selaram definitivamente quaisquer divergências ou assuntos pendentes decorrentes da proximidade de Portugal com o III Reich. A partir deste momento, ou seja, a partir da visita do ministro alemão dos Negócios Estrangeiros a Portugal em Abril de 1958, as relações luso-alemãs conheceram um rápido incremento.

Num primeiro momento, as relações entre estes dois países centraram-se principalmente na cooperação económica, tendo como objectivo a redução do défice português na balança comercial bilateral. Neste sentido, foi decidida a revisão do Acordo Comercial Luso-Alemão (concluída em Maio de 1959) e igualmente foram feitas as primeiras encomendas de material militar às fábricas portuguesas. Estas encomendas foram feitas através de empresas semiprivadas, nomeadamente a firma Norte Importadora, Ld.<sup>a</sup>, que recebeu autorização para «negociar com as autoridades alemãs a venda ao governo da RFA de munições de infantaria calibre 7,62 mm»<sup>8</sup>. De facto, a primeira encomenda foi oficializada em 21 de Março de 1959 e, de acordo com o embaixador português em Bona, o seu valor « rondaria os 75 milhões DM [Deutsch Mark] », o que facilitaria o equilíbrio da balança comercial portuguesa com a Alemanha<sup>9</sup>.

Através deste exemplo percebemos que o objectivo inicial da cooperação militar entre Portugal e a Alemanha Federal era a diminuição do défice português na balança comercial dos dois países, fomentando-se para isso as exportações de produtos de Portugal para a RFA<sup>10</sup>. Estes objectivos foram oficialmente reconhecidos a partir de Maio de 1959, data em que o Protocolo Comercial entre Portugal e a República Federal foi assinado. Podemos então dizer que as relações militares entre Portugal e a RFA nos anos finais da década de 1950 se definiam pelo seu carácter comercial.

No entanto, no início de 1960, esta situação iria alterar-se. A posição estratégica da Península Ibérica e o facto de Portugal pertencer à NATO foram elementos determinantes para a escolha de Portugal como o local indicado para o estabelecimento de uma base alemã de apoio logístico<sup>11</sup>. Procurando responder às exigências da NATO para o armazenamento de bens em caso de guerra, e estando altamente limitada em termos territoriais, a RFA viu-se forçada a estabelecer fora do seu território uma rede de bases e de depósitos logísticos que satisfariam estas exigências. Assim, em Janeiro de 1960, o ministro alemão da Defesa, Franz Josef Strauss, visitou Lisboa e apresentou ao Governo português uma proposta para aprofundar a cooperação militar. Esta proposta, que estaria para além do âmbito da NATO, consistia «no uso recíproco de bases militares, na possibilidade de armazenamento de reservas de guerra alemãs em Portugal e na aquisição de material de guerra de comum interesse para ambos os países»<sup>12</sup>. A acrescentar a isto, Strauss mostrou-se igualmente interessado na «possibilidade de utilização, em tempo de paz», mas principalmente, «em tempo de guerra», das instalações de reparação portuguesas, nomeadamente as Oficinas Gerais de Manutenção Aero-náutica (OGMA)<sup>13</sup>.

O ministro alemão disponibilizou-se para o auxílio na «modernização do equipamento das forças portuguesas» e na escolha de aviões e navios que pudessem interessar ao

A POSIÇÃO ESTRATÉGICA DA PENÍNSULA IBÉRICA  
E O FACTO DE PORTUGAL PERTENCER À NATO  
FORAM ELEMENTOS DETERMINANTES PARA  
A ESCOLHA DE PORTUGAL COMO O LOCAL  
INDICADO PARA O ESTABELECIMENTO DE UMA  
BASE ALEMÃ DE APOIO LOGÍSTICO.

Governo português. O Ministério da Defesa alemão ofereceu-se ainda para a disponibilização de viaturas automóveis, e para o auxílio técnico e tático às forças nacionais, possibilitando a frequência de cursos por especialistas portugueses, «quer do Governo, quer da indústria particular», nas escolas e unidades alemãs. Por fim, Strauss admitiu a cooperação entre ambos os Ministérios da Defesa «nas necessidades comuns» de equipamento, de modo que fossem obtidas «quantidades importantes de que resultariam condições de preço mais favoráveis»<sup>14</sup>.

Assinada a 16 de Janeiro de 1960, a «Convenção Administrativa» estabeleceu a dimensão formal da cooperação militar entre os dois países. Foi com base na «Convenção» que se iniciaram os preparativos para efectivar esta cooperação. Depois de consultadas as chefias militares<sup>15</sup> foi decidido que o aeródromo de Beja seria o mais indicado para os objectivos alemães. Esta escolha não era inocente. A modernização da base (nomeadamente o alargamento da pista e a construção de infra-estruturas) seria paga pelos alemães e a Força Aérea portuguesa necessitava de uma base ao sul do Tejo. Ao mesmo tempo, a proximidade com a vila de Beja e fáceis comunicações com o litoral português (designadamente com o porto de Setúbal) correspondiam precisamente aos pedidos alemães e tornavam a base mais viável em caso de guerra. Um dos elementos a ter em conta na escolha de Portugal pelos alemães foi a sua localização estratégica na ponta ocidental da Europa, longe de um possível teatro de guerra, e que facilmente funcionaria como plataforma entre a Europa e os Estados Unidos. Esta decisão foi comunicada às autoridades alemãs, em Julho, durante a visita de Botelho Moniz a Bona, e o acordo final foi rubricado em Dezembro de 1960<sup>16</sup>.

Uma das consequências mais importantes destas concessões foi o compromisso do ministro alemão em como, «em tempo de paz», as fábricas portuguesas estariam sempre «ocupadas com encomendas satisfatórias», o que permitiria o funcionamento das mesmas numa base permanente. Este facto tornar-se-ia muitíssimo importante após o deflagrar da guerra colonial, pois significava que o Governo português apenas teria que custear os artigos que produzisse e não os custos de manutenção das linhas de produção, ou seja, tornava a produção de armamento e de munições muito mais barata para o Estado português.

Porém, os moldes em que se formou a cooperação militar entre Portugal e a República Federal da Alemanha não teriam nada de excepcional não fossem as circunstâncias específicas que enredaram o Governo português apenas três meses após a assinatura do Acordo da Base de Beja.

### **1961-1965: A SOBREVIVÊNCIA MILITAR DO REGIME**

Desde o despoletar do conflito angolano, em Fevereiro e Março de 1961, passando pela perda do Estado Português da Índia, até ao alargamento dos conflitos à Guiné e Moçambique, a posição portuguesa nunca mais deixou de ser marcada pela questão colonial. A primeira reacção do Governo português foi de enviar tropas para sufocar a revolta no

Norte de Angola. No entanto, o levantamento angolano deu igualmente origem a problemas internos, nomeadamente com o ressurgimento da oposição, visível através do assalto ao paquete *Santa Maria*, levado a cabo pelo Directório Revolucionário de Libertação Ibérico, sob a égide de Henrique Galvão e Humberto Delgado, mas também de vozes contrárias dentro do próprio regime, como se comprova pela «Abrilada» de Botelho Moniz, uma tentativa de golpe de Estado liderada pelo então ministro da Defesa. Na sequência do golpe de Abril de 1961, Botelho Moniz foi exonerado do cargo, que seria ocupado por Salazar. No discurso onde comunicou à população que iria ocupar a pasta da Defesa Nacional, Oliveira Salazar justificou essa decisão apenas «com uma palavra: Angola». Este discurso ficou célebre pela decisão de «andar rapidamente e em força» para melhor se «defender Angola e com ela a integridade da Nação». Podemos dizer que, se ainda existissem dúvidas acerca da vontade de Oliveira Salazar de defender militarmente o império ultramarino português, essas dúvidas se dissiparam com estas palavras<sup>17</sup>.

Apesar da decisão do Governo português de resistir militarmente aos movimentos nacionalistas africanos, a cooperação com a República Federal da Alemanha, no campo militar, continuou. Até 1961, as relações militares entre os dois países tinham um carácter de equivalência, isto é, a cedência de meios militares e de tecnologias por parte da RFA era vista puramente como contrapartida às concessões portuguesas para as autoridades militares da Alemanha Federal.

Com o início das revoltas em Angola, em Fevereiro de 1961, e com o agravamento da situação militar naquele território a partir de Março desse mesmo ano, a situação tornou-se mais complexa. Entre 1961 e 1965, assistiu-se a uma espécie de luta dentro do governo da Alemanha Federal, entre duas posições distintas. Por um lado, pesava o factor Ocidente. Ou seja, a importância de auxiliar um aliado da NATO, com um feroz espírito anticomunista, que dispunha de um elemento essencial para a segurança do Ocidente: os Açores. Portugal era simultaneamente um Estado que desde sempre tinha apoiado a RFA nas suas demandas contra a URSS e a República Democrática Alemã e que há muito apelava para a afirmação de um bloco ocidental unido e coeso. Para além disto, os responsáveis alemães sabiam que seria muito difícil a manutenção do Estado Novo em caso de perda do Império. O vazio de poder com o provável fim do regime e a possível presença de um bastião comunista em Portugal (que certamente iria contagiar a vizinha Espanha) representava um cerco à Europa impossível de ser tolerado.

No outro prato da balança pesava o facto de a própria Alemanha Federal se estar a esforçar para ter influência junto dos novos estados africanos e junto de todo o bloco afro-asiático. O seu objectivo junto destes países era evitar que reconhecessem a RDA e que apoiassem o ponto de vista do governo federal nas questões relacionadas com o problema de Berlim, durante as discussões na ONU (o que se tornou mais pertinente a partir de

APESAR DA DECISÃO DO GOVERNO PORTUGUÊS DE RESISTIR MILITARMENTE AOS MOVIMENTOS NACIONALISTAS AFRICANOS, A COOPERAÇÃO COM A REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA, NO CAMPO MILITAR, CONTINUOU.

Agosto de 1961, depois da construção do Muro de Berlim)<sup>18</sup>. Assim, a Alemanha Ocidental tentava manter o apoio ao seu aliado do Pacto do Atlântico, ao mesmo tempo que procurava afirmar-se em África. Podemos facilmente perceber que a postura alemã era algo contraditória, e a sua atitude para com a política colonial portuguesa acabou por ser um pouco dúbia, mas favorável a Portugal. O Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão decidiu adoptar uma posição que consistia em duas linhas principais e que marcariam toda a década de 60: «evitar tudo o que possa ser visto pelos estados afro-asiáticos como um apoio à política colonial portuguesa» e, simultaneamente, «esforçar-se para que em Portugal não se tenha a impressão que a sua aliança está em risco»<sup>19</sup>.

Assim, apesar de algumas hesitações nos primeiros meses de 1961, em que o embaixador português em Bona foi confrontado com a recusa alemã em vender armamento para «regiões de crise»<sup>20</sup>, o Governo português conseguiu obter da Alemanha Federal material e equipamento militar que se tornaram fundamentais para a prossecução das guerras coloniais.

Ainda assim, estas dificuldades iniciais serviram para revelar uma divisão profunda no Governo alemão, que iria continuar por vários anos: a divisão entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros Federal e o Ministério da Defesa. Na realidade, logo em Julho de 1961, numa nota do MNE alemão, era dito que qualquer fornecimento a Portugal de material que tivesse usos militares iria, «sem dúvidas», para Angola e, como tal, a questão teria de ser analisada tendo em vista a questão angolana e a política alemã para aquela região. O primeiro ponto a ter em conta nessa análise seria a posição dos restantes estados africanos e afro-asiáticos em geral perante a política portuguesa. Era «um facto» que a mera parceria com Portugal no seio da NATO era já criticada por líderes afro-asiáticos, como Nehru ou Senghor. No entanto, alguns estados africanos tinham já criticado directamente o governo federal, «especialmente por causa do fornecimento de armas para Angola», o que tinha tornado quase real o reconhecimento da RDA pelo Gana. Para além dos estados afro-asiáticos, também os aliados ocidentais e mesmo alguns parceiros da NATO, como «os EUA, a Inglaterra e a Noruega», se tinham «distanciado claramente da posição portuguesa». Tendo em conta estas realidades do contexto internacional, qualquer apoio a Portugal em Angola seria interpretado como «parcialidade» por parte do Governo alemão perante a questão angolana, e os fornecimentos de material de guerra deveriam, «a partir de agora», ser «totalmente eliminados»<sup>21</sup>.

Não obstante esta postura do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão, o material militar continuou a chegar a Portugal. A este respeito há que salientar a importância da obtenção de aviões de ataque e de transporte, que teriam sido muito mais dispendiosos e difíceis de obter não fosse a cooperação militar luso-alemã. Ao nível do armamento ligeiro, salientamos o facto de Portugal ter produzido na Fábrica Militar de Braço de Prata (FMBP), a espingarda automática G-3, modelo alemão, que foi a principal arma das guerras coloniais, bem como as munições de 7,62 mm que a equipavam. A partir de 1962 iniciou-se a produção de parte dos componentes da G-3 (canos e carregadores) e a sua

montagem completa. Para além da encomenda de 50 mil unidades da espingarda que a Alemanha fez a Portugal ainda em 1961, que permitiu que a FMBP mantivesse a linha de montagem necessária à sua produção, a República Federal fez também encomendas consideráveis ao nível das munições que equipavam esta espingarda, num total de 330 milhões de cartuchos<sup>22</sup>.

Mas não há dúvida que os aviões chegados a Portugal vindos da RFA constituíram uma grande mais-valia para a Força Aérea portuguesa. Ao longo de toda a década de 1960 chegaram a Portugal aviões Dornier DO-27 e Harvard T-6, que foram largamente utilizados pelas Forças Armadas portuguesas nas guerras coloniais<sup>23</sup>. No entanto, à medida que as pressões internacionais sobre o Governo

alemão se acentuavam, o Auswaertiges Amt sentiu necessidade de exigir uma declaração portuguesa que salvaguardasse os interesses germânicos. Nesse sentido, no início de 1962, foi pedido ao embaixador de Portugal uma declaração que garan-

AO LONGO DE TODA A DÉCADA DE 1960 CHEGARAM A PORTUGAL AVIÕES *DORNIER DO-27* E *HARVARD T-6*, QUE FORAM LARGAMENTE UTILIZADOS PELAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS NAS GUERRAS COLONIAIS.

tisse a utilização exclusiva dos aviões na Metrópole ou mesmo «na área da NATO». Perante a recusa do Governo português, usando argumentos que se tornariam repetitivos ao longo da década de 60, como o facto de Portugal estar a assumir «graves compromissos para satisfação da defesa alemã» (ou seja, a futura Base de Beja), o assunto ficou em suspenso.

Já em Maio de 1962, o Auswaertiges Amt voltou a pressionar o embaixador português. Ao contrário do que acontecera dois meses antes, a diplomacia alemã mostrou-se mais conciliatória, procurando facilitar a importação dos referidos aviões em moldes que «não comprometessem o governo alemão», pois este tinha «toda a vontade» em satisfazer o Governo português. A solução encontrada agradou a ambos os lados. O embaixador Laborinho propôs então que o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Bonn aceitasse a mesma declaração que o Governo português havia já feito à Dornier, isto é, «que os aviões se destinam ao Ministério da Defesa do governo português e permanecerão em Portugal». Do ponto de vista do embaixador português, esta declaração deveria satisfazer o Governo alemão, pois poderia ser interpretada de duas maneiras: por um lado, «na hipótese de aviões serem para províncias ultramarinas», o Governo alemão poderia responder às críticas argumentando que interpretou a declaração como «utilização exclusiva na Metrópole»; por outro lado, esta declaração também não comprometia o Governo português «na hipótese de, por qualquer motivo, ter de utilizar aviões fora da área metropolitana», uma vez que, de acordo com a argumentação portuguesa, as colónias eram também Portugal. A reacção dos responsáveis alemães foi de «um sorriso de meia concordância» e a proposta portuguesa foi aceite<sup>24</sup>.

Um bom exemplo da proveitosa cooperação entre Portugal e a RFA foram os acordos de Novembro de 1963, pelos quais foram comprados por Portugal 46 Dornier DO-27

e 70 Harvard T-6. Assinados entre o ministro da Defesa português, Gomes de Araújo, e o seu homólogo alemão, Kai Uwe von Hassel, estes acordos permitiam a venda a Portugal dos aviões em condições extremamente favoráveis. Portugal pagaria apenas uma parte do preço unitário por avião. Para além disto, no ano de 1964 pagar-se-ia apenas 40 por cento do custo total, sendo que os restantes 60 por cento seriam pagos em 1965, «mediante a dedução dos pagamentos devidos às OGMA para trabalhos de manutenção» ou outros serviços efectuados para a Força Aérea alemã. Quer isto dizer que a maior parte do pagamento dos aviões recebidos por Portugal seria feita através da manutenção dos aviões da Força Aérea da República Federal, pelo que o dinheiro que saía dos cofres do Estado era menos de metade dos custos da transacção. Com os aviões viriam também os sobressalentes necessários para um período de dois anos<sup>25</sup>.

No entanto, apesar das condições favoráveis em que foram transaccionados, a vinda destes aparelhos não foi pacífica e mais uma vez os alemães exigiram uma nova fórmula que garantisse que os aviões não seriam utilizados em África. Na verdade, a venda dos aviões esteve bloqueada por algum tempo, algo que o embaixador português em Bona justificou com o facto de estar próxima a saída de Adenauer do poder, o que estava a dar alento ao Ministério dos Negócios Estrangeiros federal para dificultar a vinda dos aviões. Foi necessário que o ministro da Defesa e o próprio Presidente de Conselho portugueses escrevessem aos seus homólogos alemães – respectivamente, o ministro da Defesa Von Hassel e o chanceler Adenauer – no sentido destes desbloquearem a transacção dos aviões DO-27 e T-6, algo que o chanceler fez de imediato. A demora em executar tal ordem justificava-se, segundo o embaixador português, Luís de Bivar Brandeiro, pelo facto de que «o Ministério dos Negócios Estrangeiros procurava que o chanceler saísse para obter a declaração nos termos que pretendia»<sup>26</sup>. Alguns dias depois, o Governo português era informado que o Auswaertiges Amt tinha aceite a garantia portuguesa nos seguintes termos: «os aviões que vão ser concedidos pela Bundeswehr permanecerão em Portugal e serão utilizados em defesa dos interesses da NATO.» Mais uma vez, a fórmula encontrada permitia uma interpretação ambígua que favorecia ambos os governos. O embaixador Brandeiro julgava que não poderia «haver mais obstáculos ao envio dos aviões», sendo assinados os acordos para a entrega dos mesmos no princípio do mês de Novembro de 1963<sup>27</sup>.

Mas uns anos mais tarde, em 1965, um novo problema veio abalar as relações luso-alemãs. Portugal tinha utilizado, nos primeiros anos da Guerra Colonial, alguns aviões F-86 Sabre, que pertenciam às suas esquadilhas da NATO. No entanto, em 1963 foi obrigado a retirar esses aparelhos das colónias pois a utilização de material da NATO nas Províncias Ultramarinas havia sido interdita por uma resolução do Conselho de Segurança da ONU. Contudo, de acordo com Oliveira Salazar, o próprio ministro da Defesa alemão havia proposto a venda, «em condições muito favoráveis», de 65 aparelhos F-86, «independentemente da fórmula que se viesse a ajustar»<sup>28</sup>. No entanto, esses aviões foram vendidos pelo Canadá à Alemanha e estavam condicionados por uma cláusula que



impedia a sua venda a terceiros países sem a autorização do Canadá, que não permitiu a venda dos aviões a Portugal. O governo de Oliveira Salazar desenvolveu uma forte campanha diplomática, no sentido de resolver esta situação, mas não foi bem-sucedido. De qualquer modo, a resolução para este problema foi ainda mais favorável para Portugal. De acordo com Franco Nogueira, a República Federal optou por solucionar a questão da maneira «mais fidalga e benéfica», pois cedeu ao Governo português 40 aviões Fiat G-91, «inteiramente novos, por preço inferior ao ajustado» para os F-86 Sabre<sup>29</sup>. Estes Fiat G-91 chegaram a Portugal no início de 1966 e em Junho desse ano foram colocados na Base Aérea n.º 12, em Biassalanca, na Guiné.

Apesar de ser mais uma resolução favorável a Portugal, as relações políticas foram afectadas e mais uma vez o Ministério dos Negócios Estrangeiros procurou alterar a declaração portuguesa, no sentido de a tornar mais clara. A partir de Agosto de 1965, ficou estabelecido, numa carta escrita a Salazar pelo chanceler Ludwig Erhard<sup>30</sup>, que as armas e aparelhos que a RFA vendesse ou cedesse a Portugal no âmbito do acordo de 16 de Janeiro de 1960 seriam «utilizados unicamente em Portugal para fins de defesa no quadro do Tratado do Atlântico Norte». O chanceler esperava que estes termos em que era agora assente a cooperação luso-alemã testemunhassem a «importância que o Governo alemão dedicava à colaboração com Portugal». No entanto, Erhard realçava as cada vez maiores dificuldades em tomar atitudes que pudessem ser interpretadas como favoráveis a Portugal, porque poderiam «ter consequências nefastas» para a política alemã, nomeadamente para o desejo de reunificação do povo alemão<sup>31</sup>. O que o chanceler alemão queria dizer era que o governo federal teria de ser «mais cauteloso na forma de apoiar o governo de Lisboa»<sup>32</sup>.

### **1966-1968: O ARREFECIMENTO DAS RELAÇÕES LUSO-ALEMÃS**

Duas visitas marcaram o ano de 1966: o ministro dos Negócios Estrangeiros alemão, Gerhard Schröder, deslocou-se a Lisboa em Março e Franco Nogueira visitou Bona em Setembro. Estas visitas foram talvez o último fogacho das relações luso-alemãs durante a presença de Oliveira Salazar na Presidência do Conselho de Ministros. Decorreram num ambiente agradável e foram consideradas como um sucesso por ambos os responsáveis dos Negócios Estrangeiros.

A visita de Gerhard Schröder a Lisboa, a primeira de um representante alemão de tão alto nível desde 1961 (quando Ludwig Erhard esteve em Portugal), pautou-se pelas palavras de circunstância, pelas visitas aos pontos de interesse decorrentes da cooperação militar entre os dois países (OGMA, Base de Beja, etc.), e pela discussão de assuntos económicos. Apesar de ter ficado impressionado com as instalações militares que visitou, Schröder não evitou que transparecesse a sua preocupação pelos interesses alemães em África, nomeadamente no que dizia respeito ao seu desejo de conquistar para a causa da reunificação alemã o apoio dos países africanos. Tal afirmação, proferida durante uma conferência de imprensa, defendendo tão claramente os interesses alemães, era algo inédito nas relações luso-alemãs.

Aquando da visita do ministro português dos Negócios Estrangeiros a Bona, foram novamente acentuadas as relações económicas e comerciais entre os dois países. Muito importantes também foram as conversações sobre as relações entre as organizações internacionais de que a Alemanha Federal e Portugal faziam parte, nomeadamente a cooperação entre a EFTA e a CEE. As relações entre os dois países continuavam amistosas, mas já sem o fulgor dos anos iniciais da década de 60.

A partir de finais de 1966 deu-se uma «profunda modificação na importância» atribuída pela RFA a Portugal, mais visível no campo da cooperação militar, mas sentida em todos os aspectos das relações luso-alemãs<sup>33</sup>. Esta modificação justificou-se por razões de ordem económica, devido à crise que assolou a Alemanha Federal, mas também teve na

sua origem uma alteração político-estratégica da própria RFA.

Em finais de 1966, a Alemanha Federal atravessava uma crise económica sem antecedentes. Esta crise obrigou a «drásticas reduções orçamentais», em especial ao nível militar. Estes cortes, por seu turno, tiveram consequências directas nas rela-

A PARTIR DE FINAIS DE 1966 DEU-SE UMA «PROFUNDA MODIFICAÇÃO NA IMPORTÂNCIA» ATRIBUÍDA PELA RFA A PORTUGAL, MAIS VISÍVEL NO CAMPO DA COOPERAÇÃO MILITAR, MAS SENTIDA EM TODOS OS ASPECTOS DAS RELAÇÕES LUSO-ALEMÃS.

ções luso-germânicas, pois tornaram cada vez mais difícil a «aquisição pela RFA de munições de fabrico português»<sup>34</sup>. Como reconhecia o embaixador alemão em Lisboa, os cortes no orçamento do Ministério da Defesa Federal constituíram «uma agravante» na cooperação militar entre os dois países, que levaria ao «abandono ou pelo menos redução da posição militar alemã em Portugal»<sup>35</sup>. No entanto, não seriam só os cortes orçamentais a provocar dificuldades nas relações militares luso-alemãs. Essencialmente, essas dificuldades deveram-se a mudanças político-estratégicas quer da RFA, em termos das suas opções de política externa, quer também ao nível da Aliança Atlântica, que definiu novas prioridades no seu conceito de defesa.

Em Dezembro de 1966, subia ao poder um governo de coligação entre a CDU-CSU e o SPD, que tinha como chefe de governo o chanceler Kurt-Georg Kiesinger, da CDU, e como ministro dos Negócios Estrangeiros o líder do SPD, Willy Brandt. Nas restantes pastas salientamos a presença do ex-ministro dos Estrangeiros Gerhard Schröder no Ministério da Defesa, e de Franz Josef Strauss como titular da pasta das Finanças. A chegada da «Grande Coligação», como ficou conhecida, ao governo de Bona originou uma renovação da política externa alemã, que se caracterizou por um novo fôlego na aproximação à Europa de Leste e à União Soviética. Desde 1963 que a Alemanha Ocidental tentava estabelecer contactos com os países de Leste, nomeadamente através da diplomacia comercial. No entanto, as iniciativas alemãs haviam sempre sido incipientes e hesitantes, pois partiam do princípio que a RFA era a única representante do povo alemão. Quando tomou posse no final de 1966, o novo chanceler federal defendeu uma melhoria das relações com a URSS e afirmou a determinação da República Federal em colaborar

«com todos os povos em compreensão e confiança e em estabelecer relações diplomáticas com os países do Leste»<sup>36</sup>. Era uma política de Leste «mais flexível e credível», devido essencialmente a uma «nova concepção, um outro nível de linguagem e a um novo conteúdo»<sup>37</sup>. A aplicação prática destes princípios deu-se logo em 1967, com o estabelecimento de relações comerciais com a Roménia, a Checoslováquia e a Jugoslávia e iria ser aprofundada até ao ano de 1969, a partir do qual se estabelece a *Ostpolitik*, com a ascensão de Willy Brandt à Chancelaria Federal e com o SPD a formar, pela primeira vez na sua história, um governo de maioria.

Estas novas condicionantes da política externa alemã tiveram consequências directas no seu relacionamento com Portugal, especialmente ao nível da cooperação militar. Assim, podemos dizer que uma das principais «vítimas» desta mudança foi a Base de Beja. Na realidade, não só porque o Governo alemão tinha de «prestar mais atenção» à sua posição externa e «satisfazer o que a comunidade internacional considerava ser os “justos anseios” dos povos africanos»<sup>38</sup>, mas também porque vivia na altura uma crise económica. A estas dificuldades económicas juntaram-se problemas de nível técnico, nomeadamente a inviabilidade dos aviões *Starfighter* (a cujo treino se destinava a base), uma vez que o pessoal português não tinha ainda o *know-how* necessário para trabalhar com eles e a Bundeswehr tinha dificuldade em enviar para Portugal especialistas no assunto, por carecerem, as próprias Forças Armadas alemãs, de recursos para tal. Todos estes elementos dificultaram grandemente a utilização plena da base pelos alemães<sup>39</sup>.

Tendo em conta todas estas circunstâncias, o projecto de Beja tornou-se muito menos ambicioso, sofrendo reduções especialmente ao nível das infra-estruturas. Na verdade, em 1968 era esperado que fossem concluídas apenas aquelas que se encontrassem «em nítida fase de acabamento», sendo as restantes construções remetidas para um «acondicionamento, em termos de poderem ser conservadas» ou seriam «suspensas», caso se encontrassem ainda em projecto. Assim, a utilização do Bairro Residencial de Beja seria significativamente reduzida, pois os efectivos alemães aí colocados seriam apenas «os necessários a uma operação sumária da Base», e os acordos relativos aos equipamentos de apoio ao funcionamento da Zona Residencial de Beja seriam «congelados», nomeadamente os referentes à construção do hospital e do depósito de material.

Apesar de ter perdido grande parte da sua importância estratégica, a Base de Beja possibilitou a Portugal um último fornecimento de DO-27, precisamente como contrapartida pela desactivação da base. Foram assim vendidos 30 aviões *Dornier DO-27*, «usados mas operacionais», assim como se possibilitou a negociação directa entre a *Dornier* e o Governo português para o «fabrico, sob licença, do DO-27 em Portugal»<sup>40</sup>. Relativamente à Base de Beja foi assinado, em Maio de 1969, um acordo sobre a sua utilização por companhias civis de aviação, de modo a dar uma utilidade mínima às dispendiosas infra-estruturas já construídas. Este acordo permitia às companhias aéreas nacionais dos dois países – Lufthansa e TAP – a utilização da base para treino dos seus pilotos.

A Base Aérea de Beja, que nasceu com o objectivo de abastecer e apoiar a República Federal da Alemanha em caso de guerra, em 1960, acabava agora, cerca de dez anos depois, por se tornar num aeródromo de treino dos pilotos de companhias de aviação civil. No entanto, o mais importante para a compreensão das relações luso-alemãs não é cer-

A BASE AÉREA DE BEJA, QUE NASCEU COM O OBJECTIVO DE ABASTECER E APOIAR A REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA EM CASO DE GUERRA, EM 1960, ACABAVA AGORA, CERCA DE DEZ ANOS DEPOIS, POR SE TORNAR NUM AERÓDROMO DE TREINO DOS PILOTOS DE COMPANHIAS DE AVIAÇÃO CIVIL.

tamente a utilização dada à Base Aérea N.º 11, mas sim as contrapartidas que a sua concessão às Forças Armadas alemãs significou para o Governo português. Acima de tudo, é de realçar a cedência e venda de cerca de 226 aviões<sup>41</sup>, de material de guerra diverso, com uma chamada de atenção para a importância das espingardas G-3 e das metralhadoras MG-42, e da

possibilidade de produzir em estabelecimentos nacionais munições e mesmo armas completas com base nas encomendas alemãs de material<sup>42</sup>. O facto de grande parte deste material ter sido comprado ou produzido a baixo custo para o Estado português evidencia ainda mais a boa vontade alemã perante o seu aliado.

## CONCLUSÕES

Tentámos demonstrar ao longo deste artigo a evolução das relações entre Portugal e a República Federal da Alemanha entre 1958 e 1968. Do nosso ponto de vista este período é atravessado por três fases: a primeira, até 1960, consistiu na aproximação inicial entre os dois estados, depois de ultrapassados alguns problemas, como a questão dos bens alemães em Portugal desde a II Guerra Mundial. Como vimos, há um fortalecimento das relações comerciais, onde se refere, pela primeira vez, as encomendas alemãs de material militar a produzir em Portugal. As relações militares, que, do nosso ponto de vista, foram o aspecto mais importante da cooperação luso-germânica, tinham, num primeiro momento, um carácter comercial, pois representavam o esforço no sentido da diminuição do défice português na balança comercial entre os dois países. Quando, em 1960, na sequência de um pedido do ministro alemão da Defesa para o estabelecimento em Portugal de uma base de treino e apoio logístico para a Força Aérea alemã, a cooperação militar com a Alemanha Federal começou a ganhar relevância no panorama geral da política externa portuguesa.

Na segunda fase desta nossa cronologia, é já a cooperação militar que domina a agenda luso-alemã. De facto, entre 1961 e 1965 a cooperação militar com a Alemanha revelou-se uma mais-valia para Portugal, possibilitando mesmo a sobrevivência militar do regime salazarista. A primeira metade da década de 1960 ficou marcada, em Portugal, pelo eclodir das guerras coloniais, que levou o Estado Novo a adoptar uma nova postura na sua política externa. O afastamento dos Estados Unidos e a aproximação da RFA revelaram-se uma manobra altamente proveitosa para o governo de Oliveira Salazar. Assentando a

sua estratégia num sistema de contrapartidas, Salazar conseguiu obter da RFA um número substancial de aviões, armas e munições, bem como de meios técnicos e tecnológicos que lhe permitiram equipar a sua própria indústria de defesa. Ao mesmo tempo, os constrangimentos dos alemães ao nível da sua própria política externa – por um lado, extremamente dependentes da coesão do bloco ocidental, por outro, empenhados na sua própria penetração no continente africano – levaram a que adoptassem uma postura ambígua mas favorável à política ultramarina portuguesa. É certo que não proferiram nenhuma declaração pública de apoio ao colonialismo português, mas ao aceitarem manter a cooperação militar, conscientes dos objectivos portugueses, contribuíram para a prossecução do esforço de guerra luso.

Por fim, a partir de 1966, com a crise económica e política que leva ao poder o SPD de Willy Brandt, percebemos que se dá uma diminuição na intensidade das relações luso-alemãs. Ao mesmo tempo que Portugal insistia em manter um conflito que se arrastava já há alguns anos, o ambiente da Guerra Fria alterara-se profundamente. A manutenção do *status quo* e a procura da *Détente* levou a que fossem aceites as esferas de influência dos dois blocos, de modo que a periferia perdia a sua importância. Uma outra diferença, realçada pelo historiador Norrie MacQueen, foi a ascensão da social-democracia na Europa. Mesmo que não fossem governados por governos social-democratas, os países europeus reforçaram, no final dos anos 60, os princípios da liberalização social e política o «que serviu para marginalizar cada vez mais as ditaduras», como Portugal<sup>43</sup>. É neste contexto internacional que se dá a chegada ao poder de Marcello Caetano, sucedendo a Oliveira Salazar em Setembro de 1968. A chegada de Caetano ao poder trouxe ao Governo alemão uma esperança no sentido de abertura e liberalização do regime português. No entanto, depreendemos que as relações luso-alemãs, apesar de continuarem saudáveis, não mais voltaram a ter o mesmo dinamismo da primeira metade da década de 1960. Com a presença dos sociais-democratas na coligação do governo e com a teimosia portuguesa em manter as guerras coloniais, deixou de haver espaço para uma cooperação tão proveitosa como anteriormente. Rf

## NOTAS

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão resumida das conclusões da Tese de Mestrado em História das Relações Internacionais apresentada no ISCTE a 26 de Outubro de 2005.

<sup>2</sup> Discurso de Oliveira Salazar em 18 de Fevereiro de 1965, citado em NOGUEIRA, Franco – *Salazar: Vol. VI, O Último Combate (1964-1970)*. Porto: Editora Civilização, 2000, p. 8.

<sup>3</sup> NOGUEIRA, Franco – *Um Político Confessa-se*. Porto: Editora Civilização, 1987, p. 8, nota de rodapé.

<sup>4</sup> NOGUEIRA, Franco – *Salazar: Vol. V, A Resistência (1958-1964)*. Porto: Editora Civilização, 2000, pp. 303-304.

<sup>5</sup> Para uma visão aprofundada sobre os bens alemães ver TELLO, António José – *A Neutralidade Portuguesa e o Ouro Nazi*. Lisboa: Quetzal Editores, 2000.

<sup>6</sup> TELLO, António José – «As guerras de África e a mudança nos apoios internacionais de Portugal». In *Revista História das Ideias*, vol. 16, 1994, p. 367.

<sup>7</sup> HACKE, Christian – *Die Aussenpolitik der Bundesrepublik Deutschland. Von Konrad Adenauer bis Gerhard Schröder*. Berlin: Ullstein, 2003; HAFTENDORN, Helga – *Deutsche Aussenpolitik, zwischen Selbstbeschränkung und Selbstbehauptung: 1945-2000*. Estugarda: Deutsche Verlag, 2001; HERBST, Ludolf – *Option für den Westen. Vom Marshall Plan bis zum deutsch-französisch Vertrag*. Munique: Deutscher Taschenbuch Verlag, 1996; SONTHEIMER, Kurt – *Die Ära Adenauer*. Munique: Deutscher Taschenbuch Verlag, 2003.

- 8 AOS/CO/PC-78J.
- 9 Telegrama recebido n.º 44 da Embaixada de Portugal em Bona, 13 de Abril de 1959 – AHD-MNE, Telegramas Recebidos da Embaixada de Portugal em Bona.
- 10 Também o fomento do turismo contribuiria para a redução do prejuízo português, especialmente a promoção da região do Algarve junto da população alemã.
- 11 Na realidade, os alemães tentaram igualmente uma aproximação a Espanha que foi travada no Conselho da NATO. Os restantes aliados ocidentais temeram que a aproximação alemã obrigasse à discussão da futura entrada da Espanha na NATO. Para uma descrição detalhada da discussão deste problema, ver FONSECA Ana Mónica – *As Relações entre Portugal e a República Federal da Alemanha: 1958-1968*, Tese de Mestrado em História das Relações Internacionais, ISCTE, Lisboa, 2005, pp. 29-35.
- 12 *Memorial sobre as Relações Militares Luso-Alemãs*, 19 de Janeiro de 1968 – AHD-MNE, PEA, Proc. n.º 332,30, Maço 337.
- 13 *Relato das Conversações entre SS. EE. os Ministros da Alemanha e de Portugal*, 16 de Janeiro de 1960 – AOS/CO/GR-10.
- 14 *Ibidem*.
- 15 Carta do Presidente da Delegação Portuguesa à CMLA, Almirante Sousa Uva, para o Presidente do Conselho de Ministros, Dr. Oliveira Salazar, 23 de Maio de 1960 – AHD-MNE, PEA, Proc. n.º 332,30, Maço 337.
- 16 *Facilidades Concedidas às Forças Armadas Federais Alemãs: Acordo Base. Anexo I – Facilidades acordadas*, 16 de Dezembro de 1960 – AHFA-EMFA, Proc. n.º 551,13, Acordos Luso-alemães, Pt 01.
- 17 NOGUEIRA, Franco – *Salazar: vol. V*, pp. 244-245.
- 18 ENGEL, Ulf – *Die Afrikapolitik der Bundesrepublik Deutschland 1949-1999: Rollen und Identitäten*. Leipzig: LIT, 2000; GRAY, William Glenn – *Germany's Cold War: the global campaign to isolate East Germany 1949-1969*. Carolina do Norte: North Carolina University Press, 2003.
- 19 *Nota do Auswaertiges Amt sobre a política ultramarina portuguesa e o futuro posicionamento da RFA perante Portugal*, 30 de Março de 1961 – PA-AA, B 26, 72.
- 20 Ofício da Embaixada de Portugal em Bona, 13 de Julho de 1961 – AHD-MNE, PAA, Maço 541. Esta primeira dificuldade, causada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão, apenas foi ultrapassada com a interferência do próprio ministro da Defesa, Franz Joseph Strauss e do chanceler Konrad Adenauer, que desbloquearam a vinda do desejado material para Lisboa (um fornecimento de granadas incendiárias). Cf. FONSECA, Ana Mónica – *As Relações entre Portugal e a RFA*, pp. 109-110.
- 21 Ofício do Ministério dos Negócios Estrangeiros alemão, 20 de Julho de 1961 – PA-AA, B 26, 113.
- 22 Números citados em TAVARES, João Carlos Moreira – *A Indústria Militar Portuguesa no Tempo da Guerra [1961-1974]*. Lisboa: Edições Caleidoscópio, 2005, pp. 63-64.
- 23 Ao longo da extensa colaboração entre Portugal e a República Federal nos anos 60, chegaram a Portugal outros tipos de aeronaves. No entanto, pela sua importância para o desenvolvimento do esforço de defesa português em África, os DO-27 e os Harvard T-6 são os mais relevantes.
- 24 Telegrama recebido n.º 203 da Embaixada de Portugal em Bona, 14 de Maio de 1962 – AHD-MNE, DELNATO, Maço 93.
- 25 Acordo entre o ministro federal da Defesa da República Federal da Alemanha e o ministro da Defesa Nacional da República Portuguesa sobre a cedência de aviões da Força Aérea Alemã à Força Aérea Portuguesa, 4 de Novembro de 1963 – AHFA-EMFA, Proc. n.º 551,13, Acordos Luso-alemães, Pasta 3. O facto destes acordos terem sido assinados em nome dos ministros da Defesa significa que de facto havia uma divisão entre os militares e o MNE alemão, sendo este o meio escolhido para evitar possíveis dificuldades com os responsáveis pela política externa alemã.
- 26 Telegrama recebido n.º 114 da Embaixada de Portugal em Bona, 4 de Outubro de 1963 – AHD-MNE, PEA, Maço 486, Proc. n.º 371,1. O chanceler Adenauer, que ocupava esse cargo desde 1949, tinha nesta altura 87 anos e estava já prevista a sua saída da Chancelaria neste mês de Outubro de 1963.
- 27 Telegrama recebido n.º 132 da Embaixada de Portugal em Bona, 18 de Outubro de 1963 – AHD-MNE, PEA, Maço 486.
- 28 Carta de Oliveira Salazar para a Embaixada de Portugal em Bona, 28 de Junho de 1965 – AOS/CO/GR-10, Pasta 18, fls. 640-649.
- 29 NOGUEIRA, Franco – *Salazar: Vol. VI. O Último Combate [1964-1970]*, p. 23.
- 30 Ludwig Erhard [1897-1977] tinha sido ministro da Economia e vice-chanceler alemão desde a criação da RFA, em 1949, tendo ficado famoso pelo «milagre alemão» de recuperação económica do pós-guerra. Chegou à Chancelaria em Outubro de 1963, depois de Adenauer se ter retirado da política.
- 31 Carta do chanceler Ludwig Erhard para Oliveira Salazar, 2 de Agosto de 1965 – PA-AA, B 02, 151.
- 32 NOGUEIRA, Franco – *Salazar: vol. VI*, p. 64.
- 33 Memorial sobre as Relações Militares Luso-Alemãs, 19 de Janeiro de 1968 – AHD-MNE, PEA, Proc. n.º 332,30, Maço 337.
- 34 Aerograma n.º A-11 recebido da Embaixada de Portugal em Bona, 10 de Julho de 1967 – AHD-MNE, PAA, Proc. n.º 922, Maço 281.
- 35 Relatório político do ano de 1967, 4 de Março de 1968 – PA-AA, B 26, 408.
- 36 GOMES, Teresa – *A Influência Política e Económica da Alemanha na Europa [1945-1995]*. Lisboa: Ed. Pedro Ferreira, 1997, pág. 91.
- 37 HACKE, Christian – *Die Aussenpolitik der Bundesrepublik Deutschland. Von Konrad Adenauer bis Gerhard Schröder*. Frankfurt: Ullstein Verlag, 2003, p. 139.
- 38 TELO, António – «A Europa e a questão alemã». In *Política Internacional*, vol. 1, n.º 13, Outono – Inverno, 1996, p. 142.
- 39 Ver SCHROERS, Thomas – *Die Aussenpolitik der Bundesrepublik Deutschland: Die Entwicklung der Beziehungen der Bundesrepublik Deutschland zur Portugiesischen Republik [1949-1976]*. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade da Bundeswehr, Hamburgo, 1998 (policopiado), pp. 50-53.
- 40 Anexo 4 ao Protocolo da 21.ª Reunião da Comissão Mista Luso-Alemã, 21 de Março de 1968 – AHFA-EMFA, Proc. n.º 551,13, Acordos Luso-Alemães, Pasta 01.
- 41 Mais especificamente, e até 1976, «106 DO-27, 70 T-6, 40 Fiat G91 e 10 Noratlas», que geralmente vinham com o respectivo material sobressalente para dois anos. *Elementos Diversos*, Dezembro de 1976 – AHFA-EMFA, Acordos Luso-Alemães, Dossier II.
- 42 Memorial sobre as Relações Militares Luso-Alemãs, 19 de Janeiro de 1968 – AHD-MNE, PEA, Proc. n.º 332,30, Maço 337.
- 43 MACQUEEN, Norrie, «As guerras coloniais». In ROSAS, Fernando e OLIVEIRA, Pedro Aires – *A Transição Falhada. O Marxismo e o fim do Estado Novo [1968-1974]*, Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 287.